

EDITORIAL

SILVA, Jacqueline Moreno Theodoro¹
AUGUSTO, Maria Helena²
MELO, Savana Diniz Gomes³

A educação profissional e tecnológica tem sido reiteradamente discutida neste periódico desde a sua criação em 1996, tendo em vista sua proximidade com o tema trabalho-educação.

Já na edição de lançamento, a Revista nº. 0, foram publicados dois artigos a respeito e as que se seguiram mantiveram a média, abordando sob diferentes perspectivas, aspectos como história, impactos da globalização e novas tecnologias, articulação trabalho-educação, concepção politécnica de ensino e reforma da educação profissional dos anos 1990.

Na Revista nº. 1, do primeiro semestre de 1997, o editorial foi dedicado à educação profissional e tecnológica. Naquela ocasião dava-se início a uma abrangente e estrutural reforma empreendida pelo governo FHC, que inauguraria uma nova institucionalidade para a educação profissional no país.

Sob o discurso da modernização e da democratização do acesso, operou-se uma profunda transformação nesse tipo de ensino, entre as quais se destacaram a impositiva separação entre o ensino médio e técnico e a modularização do ensino.

Muitos dos temores expressos por diversos estudiosos do tema naquela ocasião, vieram a se confirmar na prática, como o aprofundamento da dualidade estrutural da educação brasileira, a privatização, a segmentação e a elitização. Outros foram se esmaecendo no processo como a transferência das escolas da Rede Federal de Educação Tecnológica para os Estados e a transformação dessas instituições escolares em organizações sociais.

Hoje, passados quase dez anos, constata-se que a educação profissional passa a ser complementar à educação básica. Configura-se um sistema paralelo voltado para clientela diferenciadas e visando à geração de trabalho e renda, que se baseia na multiplicidade de atores envolvidos, nas parcerias entre setores público e privado e na capacidade de autofinanciamento das instituições.

No governo Lula, ao qual foram dirigidas grandes expectativas de mudança, as propostas apresentadas para a educação profissional foram caracterizadas por muitas contradições. Em 2004, com a revogação do Decreto n 2.208/97 e a edição do Decreto nº. 5.154/04, explicita-se uma política para o ensino médio e a educação profissional, que não altera a essência e os princípios gerais da política anterior,

¹ Mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG.

² Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG.

³ Doutoranda em Educação na Faculdade de Educação da UFMG.

particularmente a flexibilização que adquire centralidade. As estruturas e os sistemas de ensino, os formatos e os fluxos escolares permanecem inalterados, entretanto os níveis da educação profissional adquirem novas denominações. A nova política possibilita a integração do ensino técnico com o ensino médio, e, em decorrência, novos arranjos e experiências nos âmbito dos sistemas e das instituições.

Em 2006, sob o discurso de que a educação profissional é fundamental para o desenvolvimento da nação, o governo federal abre um debate com os diversos segmentos que nela atuam, através de conferências estaduais preparatórias para uma conferência nacional, na qual se pretende definir diretrizes de uma nova política para a educação profissional que seja “inclusiva”. Trata-se de um momento rico de debates em que surgem dados e análises da realidade, se expressam tensões, se confrontam concepções e propostas conflitantes, entre os diversos segmentos envolvidos. É importante lembrar que esse debate ocorre num período que antecede as eleições presidenciais, cujo resultado poderá contribuir ou interditar o processo deflagrado. Torna-se necessário acompanhar e participar desse debate, analisando criticamente as propostas e as políticas educacionais decorrentes.

É importante lembrar que, nas últimas décadas, os sistemas educacionais da maioria dos países América Latina sofreram reformas no sentido de ajuste às demandas da nova ordem capitalista. A educação, muitas vezes tomada como solução para os problemas estruturais do desenvolvimento, passa a arcar, também, com a responsabilidade pela falta de trabalho, pelo conceito generalizado de que o desemprego tem como causa a inadequada preparação para o trabalho, a baixa empregabilidade do egresso da educação formal, a falta de qualificação profissional do trabalhador, ou sua inadequação às exigências do mercado. Esses discursos representam uma distorção da realidade e uma forma de camuflar as verdadeiras razões da falta de oportunidades de trabalho. É preciso desvelar essas e outras falácias, de modo a contribuir para a construção de propostas e políticas educacionais, tanto para educação profissional quanto para a educação básica e superior, reconhecendo que estas não representam respostas mágicas para a solução de problemas estruturais, mas podem corroborar para a formação ampla, sólida e crítica de jovens e adultos brasileiros.